



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

1.1. O objeto deste pregão é o Registro de Preços para aquisições de café, açúcar, água mineral e gás, de acordo com as características, especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência, para atender as necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso e suas Descentralizadas.

## 1.2. Especificação do Material e Estimativa de Quantidade Total e Mínima Por Item

Item	Descrição	Unid	Qtde	Empresa 01 Valor Unitário	Empresa 02 Valor Unitário	Empresa 03 Valor Unitário	Preço Médio Unitário	Valor Total
01	Café em pó, homogêneo, torrado e moído, PURO, em embalagem de 250g ou 500g (Duzentas e cinquenta OU quinhentas gramas), à Vácuo com validade mínima de 10 meses a partir da entrega pelo fornecedor, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem; com no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos); Tipo de Café: gosto predominante de café arábica, admitindo-se café conilon; Ponto de Torra: média, preferencialmente; Bebida: Dura, admitindo-se Rio, isento de gosto Rio Zona; Aroma e Sabor: característico do produto, podendo ser Suave ou Intenso; Qualidade: mínimo de 4,5 pontos, na escala de zero a dez. COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS	KG	500	19,50	18,90	19,20	19,20	R\$ 6023,040,00
02	Açúcar cristal especial, de 1ª qualidade, sacarose de cana-de-açúcar e acondicionado em embalagem de 02 kg (dois quilogramas), com data de validade mínima de 10 meses. COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS	PCT (02 KG)	1.760	3,05	3,20	2,99	3,08	5.420,80
03	Água mineral, fluoretada, sem glúten, sem gás, acondicionada em vasilhame de 20 (vinte) litros, com rótulo contendo todas as informações necessárias para o	Garrafão 20 Lts	2.600	5,99	5,99	6,90	6,29	16.354,00

	controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc, em conformidade com a Portaria MS. N.º 518/2004. Com entrega em três vezes na semana em CUIABÁ/MT, COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS.							
04	Água mineral, fluoretada, sem glúten, sem gás, acondicionada em vasilhame de 20 (vinte) litros, com rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc, em conformidade com a Portaria MS. n.º 518/2004. Com entrega em SINOP/MT, COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS.	Garrafão 20 Lts	550	7,40	7,50	7,50	7,47	4.108,50
05	Água mineral, fluoretada, sem glúten, sem gás, acondicionada em vasilhame de 20 (vinte) litros, com rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc, em conformidade com a Portaria MS. N.º 518/2004. Com entrega em três vezes na semana em CÁCERES/MT, COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS.	Garrafão 20 Lts	550	6,50	7,50	7,50	7,17	3.943,50
06	Água mineral, fluoretada, sem glúten, sem gás, acondicionada em vasilhame de 20 (vinte) litros, com rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc, em conformidade com a Portaria MS. n.º 518/2004. Com entrega em três vezes na semana em RONDONÓPOLIS/MT COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS.	Garrafão 20 Lts	550	4,80	5,00	6,00	5,27	2.898,50
07	Água mineral, fluoretada, sem	Garrafão	550	7,00	7,50	7,50	6,23	3.426,50

	glúten, sem gás, acondicionada em vasilhame de 20 (vinte) litros, com rótulo contendo todas as informações necessárias para o controle de qualidade, validade, data de engarrafamento, etc, em conformidade com a Portaria MS. N.º 518/2004. Com entrega em três vezes na semana em BARRA DO GARÇAS/MT COM ENTREGA E PAGAMENTO PARCELADOS.	20 Lts						
08	Gás de cozinha (carga) 13k para entrega na SR/MT.		10	42,00	58,00	63,00	54,33	543,30
09	Gás de cozinha (carga) 13k para entrega na Delegacia de Polícia Federal em SINOP-MT.		4	49,00	49,50	52,00	50,17	200,68
10	Gás de cozinha (carga) 13k para entrega na Delegacia de Polícia Federal em CÁCERES-MT.		4	45,00	46,00	48,00	46,33	185,33
11	Gás de cozinha (carga) 13k para entrega na Delegacia de Polícia Federal em RONDONÓPOLIS-MT.		4	43,00	43,00	50,00	45,33	181,33
12	Gás de cozinha (carga) 13k para entrega na Delegacia de Polícia Federal em BARRA DO GARÇAS-MT.		4	40,00	40,00	45,00	42,00	168,00

**VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 47.030,42**

## **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. O material especificado visa prover a Superintendência e suas Descentralizadas, atendendo o consumo de autoridades, servidores, prestadores de serviços e visitantes por um período de 12 meses.

## **3. PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a SR/DPF/MT não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições **(art. 16 do Decreto nº 7.892 de 2013)**.

## **4. ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892 de 2013, e na Lei nº 8.666 de 1993;

4.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas como o órgão gerenciador e órgãos participantes;

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.6. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

4.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

4.8. Compete ao órgão participante, bem como ao órgão não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.9. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, segundo condições constantes do Edital e seus anexos, e prescrições do Decreto nº 7.892 de 2013.

## **5. ENTREGA/RECEBIMENTO DO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO**

5.1. A entrega do material será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração do Departamento de Polícia Federal, designados para esse fim, permitida a assistência de terceiros, porém, quando o valor for superior ao limite estabelecido no art. 23, da Lei 8.666/93, para a modalidade de convite, deverá ser confiada a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

5.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido:

5.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega do produto, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

5.2.2. Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

5.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo, a licitante vencedora efetuar a troca dos mesmos no prazo de 05 dias (cinco) dias úteis ou a critério do setor solicitante, a contar do recebimento da notificação.

5.4. A atestação de conformidade da entrega do produto caberá aos servidores lotados no NAD/SR/MT, ou a outro servidor designado para esse fim.

## **6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

6.1. O material adquirido deverá ser entregue conforme abaixo:

6.1.1. A licitante vencedora deverá entregar o produto, em dia de expediente, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30.

6.1.2. **Itens 1, 2, 3 e 8** - Edifício – Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, situada a **Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, telefone (65) 3614-5652 (NAD/SR/DPF/MT);**

6.1.3. **Item 4 e 9**– Delegacia de Sinop à Av. das Figueiras, 1115 – Centro, telefone (66) 3511-8200;

6.1.4. **Item 5 e 10** - Delegacia de Cáceres à Av. Getúlio Vargas, 2125 – COC , telefone (65) 3211-6300;

6.1.5. **Item 6 e 11** – Delegacia de Rondonópolis à Rua Sete de Setembro, 558 – Vila Birigui, telefone (66) 3439-6200;

6.1.6. **Item 7 e 12** – Delegacia de Barra do Garças à Rua Simião Arraia, 377 – Centro, telefone (66) 3402-3100;

6.2. As licitantes vencedoras terão até **15 (quinze)** dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho, para a entrega do material.

## **7. DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, da data da entrega dos produtos, mediante a apresentação do documento fiscal competente (nota fiscal/fatura) em duas vias, devidamente atestada pelo servidor designado, mediante Ordem Bancária ou depósito em conta-corrente, conforme indicado pelo licitante vencedor.

7.2. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados, serão os mesmos restituídos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. O prazo de pagamento será contado a partir da data de reapresentação do documento devidamente corrigido.

7.3. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, CNPJ n.º 00.394.494.0028-56.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo a Superintendência de Polícia Federal, deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do Edital.

7.5. Conforme IN SRF n.º. 539, de 25 de abril de 2005 e demais alterações, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”, desde que devidamente informado na Nota Fiscal.

7.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere alteração de preços ou compensação financeira:

7.6.1. Comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do Domicílio ou sede;

7.6.2. Atestação de conformidade do material;

7.6.3. Cumprimento de todas as obrigações assumidas;

7.6.4. Manutenção de todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## **8. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

**8.1. Caberá à licitante vencedora, a partir do recebimento da Nota de Empenho, o cumprimento das seguintes obrigações:**

a) Cumprir os prazos estipulados;

b) Entregar os materiais em obediência às especificações técnicas e as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

c) Indicar preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

- d) Substituir, no prazo citado neste Termo de Referência ou outro estipulado pelo servidor designado para o recebimento, e às suas expensas, os produtos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência;
- e) Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento contratado, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto do presente ajuste;
- f) Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- h) A falta de quaisquer materiais cujo fornecimento incube ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- i) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgados necessários para recebimento de correspondências;
- j) Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados;
- k) Arcar com as despesas com embalagens, seguros e transportes dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- l) Comunicar, imediatamente, à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- m) As empresas vencedoras são responsáveis pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso (**art. 70 da Lei nº 8.666/93**).

## 8.2 . São expressamente vedadas à **licitante vencedora** :

8.2.1. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Departamento de Polícia Federal para execução do contrato decorrente deste **Pregão**;

8.2.3. a veiculação de publicidade acerca deste Pregão, salvo se houver prévia autorização da Administração da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso;

8.2.4. a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste **Pregão**.

8.3. A inadimplência da **licitante vencedora**, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com esta Superintendência.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela licitante vencedora, nos termos do edital, seus anexos e da proposta;
- b) Pagar ao licitante vencedor o valor resultante do fornecimento dos produtos, na forma estabelecida no edital e seus anexos;
- c) Notificar a licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos produtos fornecidos, para que sejam substituídos;
- d) Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança;
- e) Promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas correrão à conta dos recursos consignados a Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso, através de previsão no Orçamento-Geral da União, para o exercício de 2010, no **Elemento de Despesa 3390.30**, vinculadas as necessidades de consumo apresentadas durante o período de validade da Ata, que será de 12 (doze) meses a partir da homologação.

## **11. SANÇÕES**

11.1. O não cumprimento das obrigações assumidas em razão deste procedimento e das obrigações constantes na Ata de Registro de Preços sujeitará a licitante adjudicatária, garantida a ampla defesa, às seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de cancelamento da ata de registro de preços. Contar-se-á o prazo a partir do estipulado no item 6.2 deste Termo de Referência ou após o prazo concedido pelo servidor designado, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações previstas.

11.1.3. Multa de 10% sobre o valor da proposta vencedora ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

11.1.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;

11.1.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

11.2. As sanções de multa poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da ciência.

11.3. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

11.3.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

11.3.2. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.3. Não devolver os documentos, tais como, Ata de Registro de preços devidamente assinada, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

11.3.4. Estiverem presentes razões de interesse público.

11.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.

## **12. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

12.1. As aquisições de objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo Setor de Logística da SR/DPF/MT.

12.2. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Setor de Logística da SR/DPF/MT.

## **13. DA VALIDADE DO MATERIAL**

13.1. A validade dos materiais cotados deverá ser no mínimo de 03 (três) meses para água mineral; 10 (dez) meses para café e açúcar a partir do recebimento definitivo dos bens.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo signatário, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, deverá ser aprovado pelo Sr. Superintendente Regional desta Superintendência e será integrado ao processo licitatório.

Cuiabá, 19 de novembro de 2012.

REDIGIDO / ELABORADO POR

**SANDRA MARQUES RODRIGUES**

Agente Administrativa  
NAD/SELOG/SR/DPF/MT

REVISADO / DE ACORDO

**ELIEZER GENTIL DE SOUZA**

Agente Administrativo  
Chefe do SELOG/SR/DPF/MT

APROVO / AUTORIZO

**CÉSAR AUGUSTO MARTINEZ**

Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional